

*Periferias históricas revisitadas.
As leituras árabes-islâmicas de Al Baghdádi sobre o
Brasil do século XIX*

*Historical peripheries re-examined.
The Al Baghdádi Arab-Islamic readings
of Brazil in the 19th Century*

Cláudio Costa Pinheiro

Deleite do estrangeiro em tudo o que é espantoso e maravilhoso:
estudo de um relato de viagem Bagdali.
Paulo Daniel Farah (org.).
Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional;
Argel: Bibliothèque Nationale d'Algérie; e
Caracas: Biblioteca Nacional de Caracas, 2009.
Edição trilingue (árabe, português e espanhol), 476 p. (reedição)

Cláudio Costa Pinheiro faz estágio pós-doutoral no CPDOC e é professor da Escola Superior de Ciências Sociais e História da FGV (Claudio.Pinheiro@fgv.br).
Resenha recebida em 15 de março de 2010 e aprovada para publicação em 8 de abril de 2010.

Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 203-209, janeiro-junho de 2010.

Impossível não se impressionar com a edição de *Deleite do estrangeiro*, publicado pela Bibliaspa (Biblioteca América do Sul & Países Árabes), apoiado pela parceria de três importantes bibliotecas nacionais, com a chancela dos Estados nacionais brasileiro, venezuelano e argelino, e graças à indústria do Dr. Paulo Daniel Farah. São quase quinhentas páginas centradas ao redor de um manuscrito, até então inédito, no qual o imã (autoridade religiosa muçulmana) iraquiano Al-Baghdádi narra sua viagem, acontecida na segunda metade do século XIX, desde sua partida de Istambul, em um navio do Império Otomano, até o regresso a Damasco, passando por sua chegada e estada durante quase três anos no Brasil.

O livro apresenta o fac-símile do manuscrito original em árabe do século XIX, com a bela caligrafia do imã, acompanhada de uma versão do mesmo em árabe modernizado, outra em português, e mais outra em espanhol.

A publicação inicia-se com textos dos chanceleres do Brasil, Venezuela e Argélia, dos diretores-presidentes das bibliotecas Nacional do Rio de Janeiro, de Ayacucho, Nacional da Argélia e do então ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil. Tal rubrica indica uma alvissareira disposição pelo fomento a iniciativas que construam pontes culturais concretas entre contextos que a vulgata insiste em mostrar como distantes, antagônicos e desconectados.¹

O primor da edição é visível na qualidade de sua proposta gráfica, mas também no cuidado refinado em situar seus leitores em relação ao universo do manuscrito. Nesse intuito o livro traz uma apresentação que inclui um prefácio de Paulo Farah, um texto de João José Reis – um dos primeiros historiadores brasileiros a investigar o culto islâmico entre escravos brasileiros e seu papel na criação de identidades locais e na organização de revoltas urbanas na Bahia – e um outro texto de Farah, no qual ele destrincha e comenta pormenorizadamente o manuscrito de Al-Baghdádi.

Esta apresentação à obra realiza um duplo esforço: o de situar o leitor sul-americano em relação a referências culturais e discursivas do mundo árabe e muçulmano do qual o imã é originário, bem como o de localizar o leitor da língua árabe às referências que Al-Baghdádi faz do que viu e ouviu no Brasil do século XIX. Nesse duplo movimento, Farah respeita a estrutura discursiva proposta pelo texto de Al-Baghdádi, sempre oscilando entre comparação, tradução e transliteração cultural dos conteúdos observados. A edição do manuscrito acompanha-se de 170 notas explicativas nas versões em português e espanhol, e 29 notas na versão em árabe moderno. Inclui, outrossim, um caderno de imagens (aquarelas, bicos-de-pena e fotografias – estas, aliás, entre as primeiras feitas no Brasil) que apresentam a paisagem natural e cultural com a qual imã se deparou no Novo Mundo.

Esta publicação precisa ser observada desde ângulos diversos, já que sua contribuição e valor para o campo da historiografia, ciências sociais e estudos culturais no Brasil podem ser consideradas dentro de chaves distintas.

A escrita da história do Brasil nos séculos XVIII e, sobretudo, XIX é bastante marcada pelo recurso às crônicas de viajantes estrangeiros como fontes documentais para-etnográficas da sociedade da época. Cientistas, artistas, botânicos ou exploradores europeus são figuras frequentes na paisagem literária, histórica e historiográfica do Brasil dos Oitocentos (J. B. Debret, J. M. Rugendas, J. B. von Spix, Thomas Ewbank, entre tantos outros). Várias de suas narrativas foram publicadas à época e são incessantemente reeditadas até hoje. Relatos como o do imã iraquiano em línguas não-europeias sobre o Brasil colônia e império, são, entretanto, muito incomuns.²

Até onde se sabe, Al-Baghdádi foi o primeiro imã árabe a chegar ao Brasil, produziu o único registro do olhar árabe sobre o Novo Mundo no século XIX e marca a primeira chegada de um navio originário do Império Turco-Otomano em terras brasileiras, em 1866. A narrativa de sua viagem é, em si, interessante e complexa. Sua estada entre Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco durou cerca de três anos (1866-1869). Seu relato registra as impressões a partir de um estilo narrativo bastante rico e caracteristicamente árabe e muçulmano, a *Rihla*. Este gênero combina narrativa histórica, geográfica, etnográfica, sociológica e literária, misturando o fantástico e o verossímil e ajudando a mapear conexões complexas entre viagem, conhecimento e teoria. De fato, a associação entre viagem, experiência e conhecimento não é estranha ao contexto protestante anglo-saxão ou germânico, de onde se origina boa parte dos viajantes estrangeiros que circularam pelo Brasil do século XIX.³

Entretanto, a *Rihla* realiza esta perspectiva a partir de uma linguagem elaborada pela combinação de prosa e rima na observação do trópico escravocrata a partir da fé islâmica. O gênero da *Rihla* não deixa dúvidas de que Al-Baghdádi compreende esse mundo a partir de uma missão civilizadora (proselitista) e de um tom messiânico – que reforça o *topos* que associa o conhecimento do mundo, e do *outro*, ao auto-conhecimento, a partir da compreensão do não-familiar. Sua chegada, permanência e circulação entre diferentes cidades aconteceram por atenção ao chamado: dos homens e de Deus.

Al-Baghdádi descreve como chegou a terra; como conheceu a comunidade de muçulmanos do Rio de Janeiro; a paisagem natural (fauna e flora) do lugar; os tipos humanos (dedicando-se especialmente aos índios e escravos africanos); a religião católica tal como praticada ali; as dificuldades de comunicação e seus esforços por aprender o português e ensinar o árabe a comunidades muçulmanas locais; os acontecimentos que ele classificou como fantásticos; as saudades de sua terra e o périplo de regresso a Damasco. Seu texto traz ainda referên-

cias ao mundo onírico como instrumento de revelação divina, tão caro a culturas islâmicas.

Tendo convivido tanto tempo com comunidades de africanos (escravos e livres) muçulmanos na qualidade de líder espiritual, é natural que essa experiência tenha marcado intensamente a narrativa do imã. Seu texto presta-se, ademais, a uma memória dessas comunidades na segunda metade dos Oitocentos. Em um contexto em que a historiografia brasileira da escravidão negra tem se dedicado tão fortemente ao estudo de regras de sociabilidade construídas a partir de redes de convívio, ulteriormente organizadas desde as práticas religiosas (entre irmandades católicas ou religiões afro-brasileiras), o relato de Al-Baghdádi pode oferecer miradas diferentes sobre a organização de grupos politicamente minoritários do Brasil pós-colonial. Al-Baghdádi descreve, e participa ativamente, de disputas por autoridade e liderança dentro dessas comunidades e, ao mesmo tempo, esclarece suas estratégias pessoais de filiação política e deslinda os conflitos entre as práticas do Islã negro africano e as do Oriente Médio.

A disposição de Al-Baghdádi para compreender esse estranho mundo com o qual se depara sugere uma disponibilidade que a maioria dos viajantes europeus daquele período dificilmente conseguia ou preocupava-se em considerar: o aprendizado pleno das línguas locais. O relato desse viajante iraquiano é todo escrito em alfabeto árabe, entretanto povoado de palavras e trechos transliterados desde o turco otomano, grego, francês, tupi e português, além do próprio árabe. Ele investiu no estudo da língua portuguesa, foneticamente transliterada ao árabe da Síria, e permitiu-se desenvolver instrumentos lexicográficos e para-lexicográficos (gramáticas e vocabulários) que serviriam para compreendê-la e para ensinar o árabe. Afinal, como ressalta Farah – e como João Reis (1987) já havia discutido para o caso da Salvador da primeira metade dos Oitocentos –, a socialização dos convertidos na comunidade muçulmana se dava pelo aprendizado do idioma árabe. Sua obsessão era livrar-se de presença de um intérprete, percebido por ele como uma ameaça a uma compreensão correta (política e semântica) do diálogo com seus interlocutores, revela outra rica chave de leitura do livro do imã de Bagdá. De fato, Al-Baghdádi está inscrito em uma longa tradição árabe-islâmica de composição de narrativas que remontam ao teólogo e historiador tunisino Ibn Khaldhun (1332-1406).

A narrativa de Al-Baghdádi oferece a chance de matizar a perspectiva eurocêntrica que caracteriza o estudo da formação da identidade brasileira, como lembra Farah, ao mesmo tempo em que introduz um olhar não ocidental sobre a formação da sociedade brasileira. Importante lembrar, a título de comparação, que um dos textos mais paradigmáticos dos Oitocentos – *Como se deve escrever a História do Brasil*, publicado em 1845⁴ – foi produzido exatamente por um viajante naturalista, o alemão Karl P. Von Martius, por ocasião da premiação ofe-

recida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para ensaios sobre a escrita da história do Brasil. É bem verdade que, à diferença das crônicas produzidas por viajantes europeus do período, o texto de Martius atende a outros cânones discursivos e à necessidade de imaginar os contornos de algo que foi chamado de História do Brasil, percebida como um meio de “forjar a nacionalidade”.⁵ O texto de Martius ordena alguns dos temas que passam a compor a agenda da intelectualidade brasileira desde o século XIX até o presente.

A memória intelectual nacional guarda em lugar de destaque o texto de Von Martius, publicado 20 anos antes da chegada de Al-Baghdádi ao Brasil. Recuperar a relevância de figuras como a do imã iraquiano de Bagdá na escrita da história do Brasil do século XIX implica, novamente, em uma postura político-intelectual.

Desde o ponto de vista das políticas acadêmicas internacionais de circulação de conhecimento, há que se considerar que vários editoriais, fundações e universidades possuem linhas específicas de incentivo à edição de manuscritos, como forma de democratização do acesso a informação. É provável que boa parte da pesquisa sobre Antiguidade greco-romana e Idade Média européia talvez nem existisse, não fossem empresas desta natureza. Contudo, não podemos desconsiderar que esses incentivos estejam igualmente remetidos à manutenção de clivagens e hegemônias intelectuais na produção de conhecimento. É o que se assiste, por exemplo, no fomento à tradução e à edição de manuscritos indonésios para o holandês, árabes para o francês, turcos para o alemão, latinos para o inglês etc., facilitando o acesso de pesquisadores de centros hegemônicos a fontes de contextos pós-coloniais, sem a necessidade do aprendizado das línguas locais.

A publicação do *Deleite do estrangeiro* é uma empreitada distinta, já que cria transitividade entre o árabe, o português e o espanhol – línguas periféricas nos quadros internacionais de produção e circulação de conhecimento – e direcionam o livro ao contexto latino-americano e do mundo árabe falante. Tal postura “contribui para ampliar o diálogo entre regiões [que estão] mais próximas do que se imagina [...] e que apresentam características comuns na produção transcultural de conhecimento”, como ressalta o texto do ministro Gil. Tal *démarche* também colabora, como salienta o prefácio de Farah, para atentar contra leituras monolíticas que opõem Islã e ocidente, já que sugere fronteiras permeáveis e menos sólidas e definidas do que se pretende imaginar.

Em um livro já clássico, o historiador indiano Dipesh Chakrabarty – *Provincializing Europe*, 2000 – chama a atenção para o processo a partir do qual práticas transculturais europeias terminaram transformando-se em categorias sociológicas. Essa é a mesma *démarche* ressaltada por Howard Becker (2007: 8) quando destaca que as ciências sociais produzem conhecimento *invariavelmente provincializado*, mesmo que a crença da disciplina não nos deixe ver isso.⁶

Essa perspectiva é bastante ressaltada por autores que lidam com o pensamento pós-colonial, preocupando-se tanto em analisar as agendas de pesquisa, como as políticas fomento, tradução e publicação nas ciências sociais, como parte de uma divisão internacional da produção intelectual (Alatas, S. F., 2003). A própria definição de genealogias míticas da disciplina remete-se a esta perspectiva. Howard Becker (1996: 177) lembra que em sua formação como estudante de antropologia da Universidade de Chicago, lia entre os próceres da disciplina Maquiavel e o Ibn Khaldhun.

Recuperar a figura e o texto de Al-Baghdádi na hagiografia das narrativas históricas do Brasil resulta em um movimento análogo ao que leituras pós-coloniais de sociologia vêm realizando ao reinscrever as formas narrativas desenvolvidas por Ibn Khaldhun dentro da história global da disciplina (Alatas, 2006 e Eriksen & Nielsen, 2007).

Surpreende que, em apenas seis anos de existência, a Bibliaspa tenha realizado tantos feitos. Nesse período organizou diversos seminários acadêmicos, editou, junto com o *Deleite do estrangeiro*, cerca de dez volumes (entre eles textos de Machado de Assis e Guimarães Rosa, traduzidos para o árabe), lançou a *Revista Fikr de Estudos Árabes, Africanos e Sul-Americanos* (que é tri-língue e encontra-se em seu terceiro número). Em março de 2010 inaugurou sua nova sede e coordenou a semana de cultura árabe da cidade de São Paulo.

Notas

1. A própria criação da Bibliaspa é outra testemunha desta aspiração.

2. Importante lembrar o entusiasmo com que a *Revista Brasileira de História* (v. 8, n. 16) publicava, em março de 1988, um pequeno artigo que informava a edição da Biografia de Mahommah G. Baquaqua, um africano trazido escravo para o Brasil na primeira metade do século XIX e que narra sua vida desde a experiência de ser escravizado e seu esforço de alcançar a alforria.

3. De fato, a associação entre viagem, experiência e teoria também não eram estra-

nhas ao mundo ibérico desde os séculos XV e XVI, cf. Pinheiro, 2008.

4. “Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem. São, porém, estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular *três raças*, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro dessas três raças, formou-se a atual população cuja história por isso mesmo tem um cunho

muito particular.” (Martius, 1845: 381-382)

5. “Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX.” (Guimarães, 1988: 6). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro operou como marco na formação da intelectualidade local, associada à própria

formação de um Estado nacional brasileiro e caracterizou-se como a instituição por excelência ocupada em desvendar os postulados da nação e destinada a pensar uma História nacional, percebendo a História como um meio de “forjar a nacionalidade brasileira”.

6. “Talvez nossos conceitos sejam ainda mais provincianos que isso e estejam amarrados também a determinada classe social, a tal grupo profissional, tal grupo de gênero.”

Referências bibliográficas

ALATAS, Syed Farid. 2003. Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences. *Current Sociology* 2003; 51; 599

———. A Khaldunian Exemplar for a Historical Sociology for the South. In: *Current Sociology* 2006; 54; 397-411. 2006.

BECKER, Howard. Conferência: A escola de Chicago. In: *MANA* 2(2):177-188, 1996.

———. *Segredos e truques de pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

ERIKSEN, Thomas Hylland & NIELSEN, Finn Sivert. *História da antropologia*. Petrópolis: Vozes, 2007.

LARA, Sílvia Hunold. Biografia de Mahommah G. Baquaqua. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n.16, 1988, p. 269-284.

PINHEIRO, Cláudio Costa. Língua e conquista. Formação de intérpretes e políticas imperiais portuguesas de comunicação em Ásia nos alvares da modernidade. In: Stolze Lima, Ivana & Carmo, Laura do (orgs.). *História Social da Língua Nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 29-64.

Von Martius, Carl Friedrich Philipe. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 6 (24), 1845, p. 381-403.